

NOTA DE IMPRENSA

PSD/Açores defende plano estratégico agrícola para cada ilha no quadro da PAC do pós-2020

O grupo parlamentar do PSD/Açores alertou para a importância de a Região desenvolver um plano estratégico agrícola para cada fileira e em cada ilha alinhados com os objetivos da Política Agrícola Comum (PAC) do pós-2020.

António Almeida argumentou que “não se pode perder mais investimentos com fundos comunitários por erro de políticas agrícolas mal estruturadas”, razão pela qual impõe-se um “diagnóstico que tenha em conta o potencial de cada ilha” até para que possam ser definidas “medidas de apoio específicas para cada uma”.

“Que estudos tem neste momento o Governo sobre a situação económica e financeira das explorações agrícolas, nas diversas fileiras, que permita apresentar propostas no âmbito da PAC pós-2020 e de uma revisão das medidas e das ajudas do POSEI?”, questionou.

O deputado do PSD/Açores falava no debate sobre a proposta de resolução do Governo regional “União Europeia pós-2020”, no parlamento açoriano, depois de lamentar a ausência do secretário regional da Agricultura, João Ponte, “quando se está a discutir um diploma que versa também sobre a PAC, uma das políticas mais importantes da União Europeia da qual a nossa Região beneficia”.

O parlamentar social-democrata desafiou o executivo açoriano a partilhar com o parlamento regional o modelo de desenvolvimento agrícola que defendido para cada fileira em cada ilha para que, sublinhou, os deputados açorianos possam avaliar as opções agrícolas dos Açores para o período pós-2020, ano que entrará em vigor no próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia.

“Não queremos que se percam, novamente, 36 milhões de euros de financiamento público como aconteceu, entre 2013 e 2016, nos planos regionais para a Agricultura dos Açores e que contavam com financiamento da União Europeia”, reforçou.

António Almeida defendeu que o plano estratégico agrícola, no quadro dos objetivos da PAC para o pós-2020 e da abertura das instituições europeias na revisão dos instrumentos de política e de financiamento das Regiões Ultraperiféricas, deve ter em consideração estudos sobre a viabilidade técnica, económica e financeira bem como o levantamento dos constrangimentos estruturais e logísticos para cada fileira, em cada ilha.

Além disso, continuou o parlamentar, o plano estratégico agrícola deve ter em consideração o acesso a fatores de produção e os custos de produção em função de cada ilha; a vontade dos agricultores e o potencial dos recursos agroflorestais de cada ilha, bem como o desenvolvimento rural integrado assente numa nova cadeia de valor que associa Agricultura, Turismo e Ambiente.



grupo parlamentar

Horta, 23 de fevereiro de 2018
Laurénio Tavares
Secretário do Grupo Parlamentar do PSD
ltavares@alra.pt